



# TJDFT

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

## CONCURSO PÚBLICO

**Cargo:** Analista Judiciário

**Área:** Judiciária

**Especialidade:** Taquigrafia

**CADERNO DE PROVAS**

**Aplicação: 1.º/6/2003**

**MANHÃ**



### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cinquenta** questões objetivas corretamente ordenadas e a prova discursiva, com duas páginas para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,25 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2003 – TJDFT, de 21/3/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a folha de texto definitivo e a folha de respostas e retire-se do local de provas.
- 9 Não será avaliado o texto definitivo que for escrito a lápis ou tiver identificação fora do local apropriado.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA

- I 2/6/2003 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II 3 e 4/6/2003 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente na Gerência de Atendimento do CESPE/UnB, em Brasília, das 9 às 16 horas.
- III 1.º/7/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Distrito Federal e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.
- IV 2 e 3/7/2003 – Recebimento de recursos contra o resultado provisório da prova discursiva, exclusivamente na Gerência de Atendimento do CESPE/UnB, em Brasília, das 9 às 16 horas.
- V 25/7/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados nos itens I e III, do resultado final da prova discursiva, da convocação para a prova de apanhamento taquigráfico (Especialidade Taquigrafia) e do resultado final do concurso (demais especialidades).

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 13 do Edital n.º 1/2003 – TJDFT, de 21/3/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)-61-448-0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos e desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas. Na **folha de respostas**, a indicação do campo **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação, servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

## LÍNGUA PORTUGUESA

### Texto I – questões 1 e 2

Já na Grécia clássica, não faltam cabeças filosóficas que, adestradas na dialética questionadora, chegam à conclusão inquietante de que a norma não passaria de mera convenção social. Tal ponto de vista aparece, no curso da História, de modo sem dúvida excepcional, porque o que caracteriza a vigência da norma na sociedade humana está justamente na sempre renovada crença no fundamento divino da norma: são os deuses que falam e tudo garantem. Já por aí pode-se aceder à compreensão da impressionante estabilidade que oferecem, através dos tempos, as normas e os valores morais de modo geral. As mudanças indubitavelmente existem, mas sempre no enalço de reiteradas formas de consolidação; e, contra todas as aparências, são valores que duram muito mais do que a maioria dos entes que configuram o mundo humano e o próprio homem.

O sujeito pertence, evidentemente, a este mundo humano, o dos entes que povoam o cosmos. O sujeito é simplesmente uma realidade singular, datada no espaço e no tempo, que não dura muito mais do que as promessas de uma manhã. E se a norma, até mesmo em sua estabilidade, não consegue superar o seu estatuto radicalmente histórico, é no plano do indivíduo que tal historicidade ostenta a sua presença avassaladora.

Gerd Bornheim. **O sujeito e a norma**. In: Adauto Novaes (Org.) *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 248 (com adaptações).

### QUESTÃO 1

Em relação ao texto I, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O emprego do futuro do pretérito em “passaria” (l.2) tem a função de indicar que a afirmação não é categórica, ou seja, aceita de forma unânime e indiscutível.
- Ⓑ Na linha 2, a expressão “Tal ponto de vista” constitui um recurso coesivo que, ao retomar uma das idéias do período antecedente e substituí-la de forma sintética, ocupa o lugar de agente da forma verbal “aparece”.
- Ⓒ Em “mais do que” (l.7 e 9), a eliminação do termo sublinhado transgridiria as exigências da norma culta escrita em seu padrão formal.
- Ⓓ Em “o dos entes” (l.8), há um recurso coesivo e estilístico: a omissão de palavra anteriormente citada, que pode ser facilmente subentendida.
- Ⓔ A vírgula após “humano” (l.8) justifica-se por isolar estrutura subsequente de caráter apositivo.

### QUESTÃO 2

A respeito das estruturas e dos sentidos do texto I, assinale a opção correta.

- Ⓐ A palavra “reiteradas” (l.6) poderia ser substituída por **iteradas**, sem prejuízo para a informação original do texto.
- Ⓑ Caso a forma verbal “configuram” (l.7) estivesse no singular para concordar com “a maioria”, haveria prejuízo para a correção gramatical do período.
- Ⓒ A expressão “que não dura muito mais do que as promessas de uma manhã” (l.9) constitui uma figura de estilo com base nos efeitos da transgressão e da inversão de estruturas sintáticas.
- Ⓓ A expressão “estatuto radicalmente histórico” (l.10) está em oposição à idéia expressa pela palavra “historicidade” (l.11).
- Ⓔ A palavra “avassaladora” (l.11) está sendo empregada no sentido de **destruidora**.

## Texto II – questões 3 e 4

1 No que concerne ao indivíduo, ele se faz histórico de  
ponta a ponta, e de tal modo que, em suas origens, é só  
impropriamente que se pode falar em sujeito. A filosofia  
4 grega não poderia deixar de impor-se como um momento  
privilegiado da aurora desse despertar da subjetividade, logo  
secundado pela importância decisiva da lenta contribuição do  
7 cristianismo. Mas é só no fim da Idade Média e nos primeiros  
tempos da modernidade que o sujeito passa a desenvolver a  
autonomia que ainda hoje nos caracteriza — autonomia que  
10 levou não poucos autores a falarem em antropocentrismo,  
contraposto ao teocentrismo de toda a cultura anterior.

Realmente, agora, já nem basta falar em indivíduo: o  
13 que tem início com a proposta do projeto burguês é essa  
aventura inédita do individualismo, por meio da qual  
arranca-se um homem novo de suas raízes multimilenárias.  
16 O tributo ao passado, quando presente, insere-se agora em  
coordenadas surpreendentemente revolucionárias.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

### QUESTÃO 3

Em relação ao emprego do termo “se” no texto II, assinale a  
opção que apresenta associação correta.

- A “ele se faz” (l.1) — partícula apassivadora
- B “que se pode” (l.3) — pronome reflexivo
- C “deixar de impor-se” (l.4) — partícula apassivadora
- D “arranca-se” (l.15) — partícula apassivadora
- E “insere-se” (l.16) — índice de indeterminação  
do sujeito

### QUESTÃO 4

No texto II, haveria alteração de informações originais ou  
transgressão às normas gramaticais, caso se substituísse

- A “não poucos” (l.10) por **certos**.
- B “falarem” (l.10) por **falar**.
- C “já nem” (l.12) por **já não**.
- D “inédita” (l.14) por **sem precedentes**.
- E “multimilenárias” (l.15) por **multimilenares**.

### QUESTÃO 5

1 Onde fica a Justiça verdadeira? Evidentemente, não é  
cá, nem lá, não é nas leis (embora às vezes nelas se misture,  
em maior ou menor grau), nem é nos princípios ideais,  
4 abstratos (embora às vezes também algo dela ali se transmita,  
de forma imprecisa): a Justiça real está no processo histórico  
de que é resultante, no sentido de que é nele que se realiza  
7 progressivamente.

Justiça é Justiça Social, antes de tudo: é atualização  
dos princípios condutores, emergindo nas lutas sociais, para  
10 levar à criação de uma sociedade em que cessem a exploração  
e a opressão do homem pelo homem; e o Direito não é mais,  
nem menos, do que a expressão daqueles princípios supremos,  
13 enquanto modelo avançado de legítima organização social da  
liberdade.

Roberto Lyra Filho. **O que é Direito**. São Paulo:  
Brasiliense, 1999, p. 86 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- A Na linha 2, o elemento “nelas”, que aglutina preposição e pronome, confere coesão ao texto por referir-se à expressão “nas leis”.
- B O termo “dela” (l.4) refere-se a “Justiça verdadeira” (l.1).
- C Na linha 6, as duas ocorrências do termo “de que” podem ser corretamente substituídas por **do qual**.
- D À linha 10, estaria gramaticalmente correta a substituição de “em que” por **na qual**.
- E Os sentidos do texto permitem a correta substituição de “enquanto” (l.13) por **na qualidade de**.

### QUESTÃO 6

1 Nem a sociedade justa, nem a Justiça corretamente  
vista, nem o Direito mesmo, o legítimo, nascem de um berço  
metafísico ou são presentes generosos dos deuses: eles brotam  
4 nas oposições, no conflito, no caminho penoso do progresso,  
com avanços e recuos, momentos solares e terríveis eclipses.

Direito é processo, dentro do processo histórico: não  
7 é uma coisa feita, perfeita e acabada; é aquele vir-a-ser que se  
enriquece nos movimentos de libertação das classes e grupos  
ascendentes e que define nas explorações e opressões que o  
10 contradizem, mas de cujas próprias contradições brotarão as  
novas conquistas.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos às estruturas e às informações  
do texto acima.

- I No primeiro período do texto, o emprego reiterado da negativa **nem** constitui um recurso retórico que produz o efeito afirmativo.
- II Em “o Direito mesmo, o **legítimo**,” (l.2) o termo sublinhado exerce a função de aposto qualificativo do termo antecedente.
- III A forma verbal “brotam” (l.3) tem como agente um pronome no plural que retoma as idéias: “sociedade justa” (l.1), “Justiça” (l.1) e “Direito” (l.2).
- IV Embora o sentido se mantenha inalterado, ao se substituir, à linha 4, as aglutinações da preposição **em** com os artigos **as** e **o** por aglutinações da preposição **de** com os mesmos artigos, desrespeita-se a regência do verbo **brotar**.
- V A expressão “momentos solares e terríveis eclipses” (l.5) considera a natureza plurissignificativa das palavras e configura um recurso estilístico que tem base metafórica.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e IV.
- B I, III e V.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, III e V.

**QUESTÃO 7**

Os fragmentos abaixo constituem um texto, mas estão ordenados aleatoriamente.

- I O homem, portanto, não é o que apenas é, já que ele precisa tornar-se um homem, realizando em sua vida a síntese das contradições que o constituem inicialmente.
- II Ela se preocupa com as formas humanas de resolver as contradições entre a necessidade e a possibilidade, entre o tempo e a eternidade, entre o individual e o social, entre o econômico e o moral, entre o corporal e o psíquico, entre o natural e o cultural e entre a inteligência e a vontade.
- III A ética se movimenta entre estes dois extremos, igualmente falsos.
- IV Convém focalizar a distinção inicial dos dois tipos de negação da liberdade: o determinismo absoluto e o “libertarismo” absoluto.
- V Essas contradições não são todas do mesmo tipo, mas brotam do fato de que o homem é um ser sintético.

Itens adaptados de Álvaro L. M. Valls. **O que é ética**. 7.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 56.

Considerando que a organização de um texto pressupõe a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, assinale a opção cuja seqüência observa esse pressuposto com relação aos fragmentos acima.

- A I IV V III II
- B II III I IV V
- C III V IV II I
- D IV III II V I
- E V III II I IV

**QUESTÃO 8**

Assinale a opção cujo fragmento de texto está correto quanto às estruturas sintáticas e à pontuação.

- A O acesso as decisões da justiça é limitado a pequena parcela da população. A maioria ou desconhece seus direitos, ou, se os conhecem, não tem condições de os fazer valer.
- B Os poucos que dão queixa à polícia tem que enfrentar depois os custos e a demora do processo judicial. O custo dos serviços de um bom advogado estão além da capacidade da grande maioria da população.
- C Apesar de ser dever constitucional do Estado, prestar assistência jurídica gratuita aos pobres, os defensores públicos são em número insuficiente para atender à demanda. Uma vez instaurado o processo, há o problema da demora. Os tribunais estão, sempre sobrecarregados, tanto nas varas cíveis como nas criminais.
- D Uma causa leva anos para ser decidida. O setor do Poder Judiciário que funciona melhor é o da justiça do trabalho. No entanto, essa justiça, funciona exclusivamente para os trabalhadores do mercado formal, possuidores de carteira de trabalho.
- E Os trabalhadores do mercado informal, que são cada vez mais numerosos, ficam excluídos. Entende-se, então, a descrença da população na justiça e o sentimento de que ela funciona apenas para os ricos, ou melhor, de que ela não funciona, pois os ricos não são punidos e os pobres não são protegidos.

Opções adaptadas de José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 214.

**QUESTÃO 9**

- 1 O Estado moderno, o Estado de direito, os direitos humanos, a forma republicana de governo, a democracia, todas essas conquistas que fomos aprendendo a admirar como ícones da  
4 modernidade e sinais de uma vida melhor, inclusive eticamente, têm em comum o fato de serem extremamente racionais. Ora, podemos ter um arcabouço racional para nossas relações sociais e políticas, mas o que garantirá nossa adesão a elas, nossa  
7 constante participação, é um fator que escapa à razão e é de ordem afetiva. Por que, então, esse afeto acaba sendo mais bem  
10 manejado por aqueles que não têm compromisso com este rol de valores positivos, “civilizados”, ou seja, pelos que repõem o autoritarismo, o patrimonialismo, a corrupção? Provavelmente é  
13 porque nosso coração foi formatado por séculos de colônia e escravidão.

Renato Janine Ribeiro. In: **Quatro autores em busca do Brasil: entrevistas a José Geraldo Couto**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 58 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- I Os sentidos do texto permitem que a palavra “ícones” (l.3) seja substituída, sem prejuízo para a coesão textual, pela expressão **estruturas emblemáticas**.
- II O emprego das formas verbais “fomos” (l.3), “podemos” (l.6) e dos pronomes possessivos na primeira pessoa do plural constitui recurso de linguagem por meio do qual o autor tenta compartilhar com o leitor as idéias apresentadas, inserindo-o no texto.
- III As idéias do texto permitem que a palavra “rol” (l.10) seja, sem prejuízo para a coerência, substituída por **conjunto**.
- IV Um título adequado e de acordo com a idéia central do texto poderia ser: **A manipulação do afeto na política**.
- V Os termos “aqueles” (l.10) e “pelos” (l.11) referem-se a um antecedente já citado no trecho e deixam implícita a idéia de que se trata exclusivamente de parcela do empresariado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.      B 2.      C 3.      D 4.      E 5.

**QUESTÃO 10**

Assinale a opção cujo fragmento obedece às exigências de correção gramatical, impessoalidade e objetividade, próprias da redação de documentos oficiais.

- A São passíveis de penhora o numerário pertencente à associação, ainda que em tal valor se insira o pagamento de salários de seus empregados. Na realidade, a vedação legal de constrição atinge somente os salários efetivamente recebidos.
- B Adicional noturno e horas extras não são abrangidos pelo conceito de remuneração, logo, não pode sobre os mesmos incidir a contribuição previdenciária, segundo entendimento embasado na Lei n.º 8.112/1990.
- C Inexistindo, nos autos, provas concludentes no sentido de descaracterizar a atuação de um dos acusados, mero empregado de imobiliária, que agiu mediante ordens de seu preposto, mantém-se a absolvição decretada, eis que ausente a intenção de lesar o bem jurídico tutelado.
- D Deve ser anulado o julgamento do tribunal do júri, no qual a formulação dos quesitos se deu de forma complexa, violando o procedimento normatizado, cujo determina que os quais quesitos deverão ser feitos em proposições simples e bem distintas.
- E Cuidando-se de empresa pública, a penhora dos valores existentes em sua conta-corrente poderá ocasioná-la danos de difícil reparação, inviabilizando a adimplência de compromissos assumidos, inclusive o pagamento de salários de funcionários.

Opções adaptadas do Informativo de Jurisprudência n.º 46, 1.º-15/abril/2003.

# LEGISLAÇÃO APLICADA AO TJDF

## QUESTÃO 11

Quanto à composição e à competência dos órgãos do Poder Judiciário na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios (LOJDFT), assinale a opção correta.

- A O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) compreende uma Seção Cível e uma Criminal, as quais, por sua vez, se subdividem em três Turmas Cíveis e três Turmas Criminais, respectivamente; a presidência das seções cabe ao vice-presidente do tribunal.
- B Se determinado processo for de competência do plenário do TJDFT, ele poderá ter como relator o presidente, o vice-presidente ou o corregedor do tribunal, uma vez que esses desembargadores, quando integram o plenário, podem exercer a relatoria.
- C Se, no âmbito da jurisdição do TJDFT, um secretário de governo cometer um crime eleitoral, não caberá ao TJDFT o julgamento da respectiva ação penal.
- D Considere a seguinte situação hipotética.  
Maria era a presidente do TJDFT, e seu mandato estender-se-ia de 23 de abril de 2001 a 22 de abril de 2002. Por ser fumante, ela faleceu de enfisema pulmonar em janeiro de 2002.  
Nessa situação, o novo presidente do tribunal deveria ter sido escolhido por meio de eleição entre os membros do órgão.
- E Caso um cidadão impetre *habeas corpus* contra o governador do Distrito Federal (DF), a competência para julgamento será do TJDFT.

## QUESTÃO 12

Acerca da competência e da composição da justiça no DF, segundo a LOJDFT, assinale a opção correta.

- A A competência do Poder Judiciário consiste essencialmente no julgamento de litígios, mas os juízes das varas de entorpecentes possuem também a de expedir atos normativos relacionados à prevenção, à assistência e à repressão em matéria de entorpecentes.
- B O roubo é legalmente considerado pelo Código Penal como crime contra o patrimônio, mesmo quando seguido de morte da vítima; nos casos de roubo seguido de morte, a competência para julgar a correspondente ação penal será do tribunal do júri, nos termos da LOJDFT.
- C Se um processo tramitar por uma vara cível e, na fase de execução, o DF opuser embargos de terceiro, a vara cível deverá declinar de sua competência para uma das varas da fazenda pública e a esta remeter os autos do processo, para que nela prossiga o trâmite.
- D Se ocorrer vaga em vara da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, aquela deverá ser provida necessariamente por meio da remoção de juiz de direito de uma das demais circunscrições do DF.
- E Estritamente de acordo com a LOJDFT, a vaga de desembargador do TJDFT destinada ao denominado quinto constitucional não pode ser provida por meio da nomeação de um membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) com menos de dez anos de carreira nesse órgão.

## QUESTÃO 13

Em relação ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (RITJDFT), assinale a opção correta.

- A Considere a seguinte situação hipotética.  
Os desembargadores A e B são irmãos e compõem o TJDFT, lotados em turmas diferentes. Em um processo de competência do Conselho Especial do Tribunal, o desembargador A proferiu seu voto antes do irmão, em virtude das regras de precedência.  
Nessa situação, o desembargador B poderá também proferir seu voto normalmente, por se tratar de processo de competência do Conselho Especial, de que fazem parte todos os membros do tribunal.
- B Nos períodos em que o TJDFT se encontrar com seu serviço paralisado, os *habeas corpus* de competência originária do tribunal serão julgados pelo Conselho da Magistratura, embora a competência deste órgão seja predominantemente administrativa.
- C As sessões extraordinárias dos órgãos fracionários do TJDFT podem ser convocadas por qualquer de seus membros, para julgamento de processos já incluídos em pauta.
- D Em nenhuma hipótese, um desembargador recém-empossado poderá ser presidente de órgão fracionário do tribunal, atribuição que somente estará habilitado a exercer após um ano de exercício das funções de desembargador.
- E Considere a seguinte situação hipotética.  
João era advogado e Sônia, promotora de justiça. Ambos foram nomeados para o cargo de desembargador do TJDFT, no sistema do quinto constitucional. Tomaram posse no mesmo ato.  
Nessa situação, a precedência na antiguidade entre os dois será determinada a favor de Sônia, por ser membro do Ministério Público.

## QUESTÃO 14

A respeito do RITJDFT, julgue os itens seguintes.

- I Se um desembargador precisar afastar-se das funções por prazo superior a trinta dias, um juiz de direito deverá ser convocado, e sua escolha competirá ao presidente do tribunal.
- II Se um juiz de direito der causa à instauração de processo disciplinar pelo cometimento de ato que lhe possa ensejar a perda do cargo, essa instauração, por si só, não o impedirá de ser convocado para substituir desembargador no TJDFT.
- III Se um juiz de direito substituto tiver direito adquirido ao gozo de licença-prêmio, poderá usufruí-la desde que o requeira ao presidente do tribunal e que exista juiz titular na vara onde for lotado.
- IV Se um desembargador houver pedido vista de processo em julgamento e vier a entrar em férias, deverá informar se pretende comparecer para proferir seu voto; se não o fizer, os autos serão requisitados e o julgamento prosseguirá.
- V Os desembargadores integrantes do Conselho da Magistratura não podem gozar férias nos meses de janeiro e de julho.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e V.
- E IV e V.

**QUESTÃO 15**

No atinente ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** Sempre que um desembargador for considerado impedido ou suspeito para atuar em determinado processo, essa circunstância deverá ser expressamente registrada na capa dos autos.
- B** Se a parte pretender beneficiar-se da justiça gratuita, deverá necessariamente requerê-lo no primeiro grau de jurisdição, pois não é possível a concessão do benefício no âmbito do TJDF, salvo em se tratando de ações de competência originária.
- C** Nos processos dependentes de preparo, este poderá ocorrer após a distribuição do feito.
- D** Feitos urgentes como mandados de segurança, *habeas corpus*, *habeas data*, medidas cautelares e processos criminais com réu preso não são distribuídos a desembargador afastado por qualquer que seja o período, o que será objeto de posterior compensação.
- E** Considere a seguinte situação.  
Uma ação de cobrança foi sentenciada e o processo chegou ao TJDF por força de apelação. Passado em julgado o acórdão, os autos retornaram ao primeiro grau para execução. Nesta, houve embargos do devedor, que também foram julgados por sentença e causaram nova apelação.  
Nessa situação, a segunda apelação deverá ser distribuída aleatoriamente entre os desembargadores das turmas cíveis, pois a primeira não induzirá prevenção.

**QUESTÃO 16**

No que tange ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** Considere a seguinte situação.  
O MPDF atuou como fiscal da lei em um processo que tramitou no primeiro grau de jurisdição, por envolver interesse público. Após a sentença, houve apelação.  
Nessa situação, ao chegar ao TJDF, os autos deverão, como regra, ser imediatamente enviados ao MPDF antes mesmo da conclusão e independentemente de despacho.
- B** Se um processo penal de competência originária do TJDF gerar a condenação do réu e a pena comportar suspensão condicional, a audiência admonitória poderá ser presidida pelo relator da causa, mas este também poderá delegar a realização do ato a juiz de primeiro grau.
- C** Nos processos em que haja necessidade de revisor, a este caberá apreciar medidas cautelares incidentais e quaisquer outros pedidos protocolizados enquanto os autos estiverem em seu poder.
- D** A pauta de cada sessão de julgamento deverá conter tantos processos quantos sejam indicados pelos relatores e revisores, conforme o caso, como prontos para apreciação; aqueles que não for possível julgar em uma sessão estarão automaticamente prontos para julgamento na sessão seguinte, independentemente de publicação de nova pauta.
- E** Todo e qualquer esclarecimento que desejem os desembargadores participantes de sessão de julgamento deverão ser solicitados e prestados durante a própria sessão, na presença das partes e de seus advogados, salvo nos processos que tramitem em sigilo.

**QUESTÃO 17**

Relativamente ao RITJDFT, julgue os itens seguintes.

- I** No julgamento de *habeas corpus*, o empate de votos implicará, como regra, a concessão da ordem.
- II** Um desembargador que não haja presenciado o relatório do processo em sessão de julgamento poderá votar mesmo assim, em certos casos.
- III** Na sessão de julgamento, serão votadas em primeiro lugar as questões preliminares e em seguida, qualquer que tenha sido o resultado da votação inicial, as questões de mérito.
- IV** Para suscitar questão preliminar durante o julgamento, os desembargadores não precisam aguardar a ordem regimental de votação.
- V** A petição inicial da ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) no TJDF não precisará ser necessariamente firmada por advogado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

**QUESTÃO 18**

No respeitante ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** Compete ao relator da ADIn no TJDF homologar o pedido de desistência formulado pelo autor da ação.
- B** Havendo a concessão de medida liminar em ADIn no TJDF, a legislação anterior à norma atacada voltará, como regra, a produzir efeitos, salvo se o tribunal deliberar de maneira diversa.
- C** No processamento da ação penal originária, todos os atos instrutórios podem ser delegados pelo relator a juiz de primeiro grau.
- D** Considere a seguinte situação.  
Um juiz proferiu sentença concessiva de mandado de segurança, caso em que, pela legislação processual, a sentença estaria sujeita ao duplo grau de jurisdição, por meio de remessa de ofício. Não houve recurso voluntário da parte do impetrado. O juiz, porém, mesmo ante o duplo grau obrigatório, não remeteu os autos ao TJDF.  
Nessa situação, o remédio processual cabível, segundo o RITJDFT, seria o ajuizamento de reclamação no tribunal.
- E** Devido ao rito célere da ação de *habeas corpus*, é facultativa a intervenção do MPDF, ao qual os autos serão remetidos apenas se o relator considerar que isso não retardará o julgamento do processo.

**QUESTÃO 19**

Com referência ao Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (PGC), assinale a opção correta.

- A** Se réu preso por sentença transitada em julgado pretender a remoção de um para outro estabelecimento prisional, o requerimento para esse fim deverá ser apreciado pelo juiz da vara criminal que processou a ação penal.
- B** Nas ações penais, o réu tem o direito de ser intimado pessoalmente da sentença que o absolve ou condene; essa intimação deve ocorrer por meio da requisição do réu, quando preso, para que se apresente na secretaria da vara por onde tramitar a ação penal, a fim de que ali se dê a intimação.
- C** Na hipótese de um membro do Ministério Público ou de um advogado deixar de comparecer a audiência em que sua presença era considerada obrigatória pelo juiz, este deverá comunicar o fato à Corregedoria da Justiça do DF, para que esta, por sua vez, adote as providências adequadas ao caso.
- D** Todos os *habeas corpus* impetrados no DF fora do horário de expediente forense e durante os sábados, domingos e feriados serão apreciados pelo juiz plantonista, em exercício no Juizado Central Criminal, o qual deverá encaminhar os autos à distribuição no primeiro dia útil após o plantão.
- E** Em todos os atos que firmarem, assim como nos recibos que derem de documentos e petições recebidos na secretaria dos ofícios judiciais, deverão os servidores apor carimbado com sua identificação ou registrar seu nome, em letra de forma ou à máquina.

**QUESTÃO 20**

No que respeita ao PGC, assinale a opção correta.

- A** Sempre que a oficial de justiça-avaliador se conceder licença-médica, os mandados em seu poder ainda não cumpridos deverão ser devolvidos à vara, para redistribuição.
- B** Em todos os casos de penhora, arresto, seqüestro e busca e apreensão, os oficiais de justiça-avaliadores deverão entregar os bens objeto da diligência ao depositário público, sob pena de responsabilidade funcional, salvo em se tratando de bens imóveis ou semoventes.
- C** Considere a seguinte situação hipotética.  
Um advogado comentou, informalmente, com servidor de ofício judicial do DF, que determinado documento por ele apresentado para juntada a processo era falso e que o juiz daquela vara perceberia a falsidade se examinasse com muito cuidado um outro documento já acostado aos autos. Nessa situação, o servidor estaria juridicamente obrigado a levar essa informação ao conhecimento do juiz responsável pelo processo, mesmo tendo-a recebido informalmente.
- D** As certidões a serem emitidas pelos ofícios judiciais podem sê-lo no prazo de até cinco dias e serão válidas desde que ostentem a assinatura do diretor de secretaria.
- E** Os autos de processos oriundos de outras varas, sejam elas do DF ou de outra unidade da Federação, deverão ser reenumerados na hipótese de redistribuição a outro ofício judicial.

**QUESTÃO 21**

Acerca do PGC, assinale a opção correta.

- A** As peças e os documentos apresentados pelas partes e pelo Ministério Público não devem ter sua seqüência seccionada ao serem incorporadas aos autos; por isso, apesar do limite previsto para o número máximo de folhas em cada volume de autos processuais, tais peças e documentos devem ser mantidos juntos e, após a inserção deles no mesmo volume, abrir-se-á volume novo, quando necessário.
- B** Se um juiz ou membro do Ministério Público for considerado impedido ou suspeito para atuar em determinado processo, deverá o diretor de secretaria anotar essa circunstância na capa dos autos, mas sem referência ao nome da autoridade impedida ou suspeita.
- C** O processo em segredo de justiça não pode ser retirado da secretaria, de maneira que os advogados aí deverão consultar os respectivos autos.
- D** A publicação de editais de interesse das partes na imprensa oficial deverá ser precedida do pagamento das respectivas custas, pelo advogado da parte, diretamente na secretaria do juízo.
- E** Sempre que o Ministério Público intervier em determinado processo, essa circunstância deverá ser registrada, de maneira visível, na capa dos respectivos autos.

**QUESTÃO 22**

Julgue os itens seguintes, relativos ao PGC.

- I Por celeridade, as comunicações judiciais a serem transmitidas por correio devem utilizar o Serviço de Encomenda Expressa (SEDEX) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).
- II Os processos de qualquer natureza devem ser distribuídos, ainda que por dependência; se uma petição sujeita a distribuição for entregue na secretaria, esta deve remetê-la ao serviço de distribuição.
- III Se petição urgente for distribuída, o advogado poderá encaminhá-la, em seguida, diretamente ao juiz competente.
- IV Ainda que a parte alegue ser caso de distribuição por dependência, esta dependerá de despacho judicial, mesmo que posterior à distribuição.
- V Após a implantação do sistema de distribuição por processamento eletrônico, não mais pode haver distribuição manual de processos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

**QUESTÃO 23**

Quanto ao PGC, assinale a opção correta.

- A** Para o cumprimento válido de prisão civil ou criminal no DF embasada em ordem expedida por autoridade judiciária de outra unidade da Federação, não bastará a transmissão do mandado que a autoridade haja expedido; será necessária a tramitação de carta precatória ou de ordem, a qual, além do mandado de prisão, deverá conter cópia da decisão judicial que o tenha gerado e ser submetida a despacho do juiz de direito competente do DF.
- B** Se, no curso de um processo qualquer, o Ministério Público verificar que a autuação registrou erradamente o nome de uma das partes, a correção do erro poderá ser feita com base em ofício expedido diretamente pelo promotor de justiça ao serviço de distribuição, com a menção ao nome correto e ao número do processo.
- C** Considere a seguinte situação.  
Em um inventário, a contadoria, por determinação do juiz, constatou, com base em avaliação a que procedeu, que o valor dos bens declarados pelo inventariante ficou, em média, 30% inferior ao valor de mercado. O juiz, ao tomar conhecimento da avaliação oficial, determinou que os interessados efetuassem o pagamento das custas devidas, mas isso não ocorreu.  
Nessa situação, assim que fosse certificada a inércia do inventariante quanto ao pagamento das custas, a providência correta por parte do juiz seria a imediata extinção do processo de inventário.
- D** Nas ações penais, uma vez prolatada sentença condenatória, o réu, se desejar interpor apelação, deverá instar para esse fim seu advogado, pois não poderá fazê-lo pessoalmente.
- E** Ao longo de todo o ano, o expediente forense irá das oito às dezenove horas.

**QUESTÃO 24**

Acerca da Comissão Distrital Judiciária de Adoção (CDJA), de acordo com o Provimento n.º 1, de 9 de abril de 2002, da Corregedoria Geral da Justiça do DF, julgue os itens seguintes.

- I A CDJA não funcionará na sede da Vara da Infância e da Juventude, mas na Corregedoria Geral da Justiça, e deverá reunir-se, em princípio, pelo menos uma vez por mês, em caráter ordinário, e extraordinariamente, quando seu presidente convocar.
- II A CDJA destina-se a prestar auxílio técnico à Vara da Infância e da Juventude e, subsidiariamente, às varas criminais e às de família.
- III Caberá à CDJA manter cadastro, atualizado e sigiloso, de adotandos e de pretendentes à adoção de crianças e adolescentes, quer residam os pretendentes no Brasil, quer no exterior; pode a comissão receber os documentos dos interessados pessoalmente, por procurador, por meio de entidades reconhecidas nessa área ou, ainda, por via postal.
- IV Em casos urgentes, devidamente autorizados pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude e comunicados à Corregedoria Geral da Justiça, poderá ser deferida adoção internacional sem que o adotante esteja habilitado perante a CDJA.
- V O simples estágio de convivência de criança ou adolescente adotando com pretendentes estrangeiros à adoção, devido à sua natureza precária, poderá ocorrer sem que os estrangeiros tenham sido objeto de laudo de habilitação emitido pela CDJA.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e V.
- E** IV e V.

**QUESTÃO 25**

Em relação ao PGC e aos demais provimentos da Corregedoria da Justiça do DF, assinale a opção correta.

- A** Se servidor de ofício judicial do DF presenciar a existência de pessoa portando arma nas dependências da justiça do DF e souber que tal pessoa não detém autorização para o porte, deverá efetuar a prisão do indivíduo.
- B** Considere a seguinte situação hipotética.

João é servidor de uma vara e tem como função o atendimento às partes e aos advogados que para lá se dirijam. Certa tarde, chegaram ao balcão os advogados Antônio, Bruno e Carlos, nessa ordem. O último a chegar, o advogado Carlos, disse a João que estava atrasado para uma audiência que se iniciaria em poucos instantes e precisava consultar autos de um processo na vara onde laborava João. Considerando a situação do advogado, João atendeu-o antes dos outros, apesar dos protestos destes.

Nessa situação, João agiu corretamente, devido à urgência da situação e a fim de não causar atraso no início da audiência a iniciar-se na outra vara.

- C** O controle da frequência dos servidores deve ser feito quotidianamente pelo diretor de secretaria, ao qual incumbe, no final de cada mês, colher a assinatura deles no livro próprio.
- D** Durante os períodos de férias forenses, o juiz diretor do fórum será substituído pelo juiz de direito substituto mais antigo que se encontrar em exercício na respectiva circunscrição judiciária, não havendo necessidade de designação específica pela Corregedoria da Justiça para esse fim.
- E** A digitalização dos autos dos processos dos juizados especiais cíveis deverá ser feita em todos esses juizados, por segurança do armazenamento dos dados dos feitos, sem que isso impeça a manutenção integral dos autos respectivos nos arquivos físicos tradicionais do TJDF.

# CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

## QUESTÃO 26

Um oficial de justiça recebeu vários mandados judiciais a serem cumpridos, referentes a servidores públicos lotados em diversos órgãos. Para facilitar o seu trabalho, ele decidiu separar os mandados em diferentes categorias, por esfera de governo (se da União ou estadual) e por Poder a que pertenciam os servidores envolvidos (se Legislativo, Executivo ou Judiciário).

Em face da situação hipotética acima descrita, entre as opções abaixo, assinale aquela em que os mandados foram incluídos **incorretamente** em determinada categoria, de acordo com o critério mencionado.

- A Os mandados envolvendo servidores do TJDFT foram incluídos na categoria do Poder Judiciário da União.
- B Em uma mesma categoria ficaram os mandados relativos a servidores do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal de Contas da União.
- C Os mandados envolvendo servidores do Conselho da Justiça Federal ficaram junto com os mandados atinentes a servidores do STJ.
- D Os mandados concernentes a servidores da justiça federal, da justiça do trabalho e da justiça eleitoral foram incluídos na mesma categoria.
- E Os mandados referentes a servidores do Tribunal de Justiça de Goiás foram incluídos na categoria Poder Judiciário estadual.

## QUESTÃO 27

A Constituição Federal, em seu art. 39, § 3.º, estendeu aos servidores ocupantes de cargo público, alguns direitos estabelecidos no art. 7.º, entre eles o direito ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Em face disso, um servidor público civil pertencente ao quadro de pessoal de determinado estado da Federação impetrou mandado de injunção, sob a alegação de que a ausência de lei regulamentadora estaria inviabilizando o exercício do direito garantido pela Constituição.

Considerando a situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta.

- A O direito objeto do litígio mencionado está inserido no rol dos direitos sociais, denominados pela doutrina como direitos fundamentais de segunda geração, que são caracterizados por ações positivas do Estado, tendo por finalidade a melhoria de condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social.
- B Mesmo se tratando de servidor público estadual, a edição da norma infraconstitucional regulamentadora da matéria em questão é de responsabilidade da União, que tem competência exclusiva para legislar sobre direito do trabalho.
- C A lei regulamentadora referente à questão em apreço deve excluir da sua incidência as trabalhadoras e os menores, visto que a Constituição Federal proíbe qualquer trabalho noturno, penoso, perigoso ou insalubre às mulheres e aos menores de dezoito anos de idade.
- D Por força da Carta Magna Federal, os direitos sociais estendidos aos servidores públicos são excluídos do regime jurídico de direito público a eles inerentes, e têm aplicação imediata, independentemente da edição de norma infraconstitucional regulamentadora.
- E Diferentemente do que ocorre no caso dos direitos e deveres individuais e coletivos, não é cabível mandado de injunção quando a falta de norma regulamentadora torna inviável o exercício de direitos sociais previstos na Constituição Federal.

## QUESTÃO 28

Determinado estado da Federação editou emenda à constituição estadual, por meio da qual outorgou prerrogativas de caráter processual penal ao governador de estado, consistentes na imunidade a prisão cautelar e na imunidade a qualquer processo penal por delitos estranhos à função governamental.

A respeito da situação hipotética descrita acima, assinale a opção **incorreta**.

- A A emenda constitucional referida está em desarmonia com o princípio republicano, que exprime o dogma de que todos os agentes públicos, aí incluídos os governadores de estado, são igualmente responsáveis perante a lei.
- B A emenda constitucional estadual supra está em dissonância com o princípio da repartição de competências, corolário do princípio federativo, uma vez que trata de matéria reservada à legislação federal, a quem compete, segundo a Constituição Federal, legislar sobre direito processual.
- C A emenda constitucional em questão não coaduna com a idéia de Estado democrático de direito, que atribui responsabilidade a todos os agentes públicos, sendo conquista básica do regime democrático e consequência necessária da forma republicana de governo adotada pela Constituição Federal.
- D A emenda constitucional estadual mencionada, apesar de contrariar princípios e dispositivos presentes da Constituição Federal, por se tratar de norma de natureza constitucional, não está sujeita ao controle de constitucionalidade perante o STF, por meio de ação direta.
- E A emenda constitucional comentada não coaduna com o princípio da separação dos poderes, pois elide do Poder Judiciário a competência — estabelecida na Constituição Federal — para decretar a prisão do governador de estado antes de sua condenação penal definitiva.

## QUESTÃO 29

Manuela, de nacionalidade originariamente portuguesa, é residente no Brasil há seis meses ininterruptos, não estando a serviço de nenhum país estrangeiro. Manuela é casada com um brasileiro, com quem tem um único filho, nascido no território da República Federativa do Brasil.

Com relação à situação hipotética descrita acima, assinale a opção **incorreta**.

- A Para que Manuela possa alcançar a condição de brasileira naturalizada, a Constituição Federal brasileira exige que ela tenha residência na República Federativa do Brasil por pelo menos um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- B Tendo Manuela residência permanente no Brasil, a Constituição Federal brasileira permite que, mesmo mantida a sua nacionalidade portuguesa, sejam a ela atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, desde que haja em Portugal reciprocidade em relação aos brasileiros.
- C O filho de Manuela é brasileiro nato, uma vez que nasceu na República Federativa do Brasil, ainda que sua mãe fosse estrangeira, na data do nascimento do filho.
- D O fato de ser casada com brasileiro e ter um filho nascido no Brasil dá a Manuela o direito subjetivo de obter a nacionalidade brasileira, não sendo permitida nenhuma margem de discricionariedade ao Estado brasileiro quanto a esse aspecto.
- E A Constituição Federal brasileira não admite a aquisição derivada da nacionalidade brasileira, em decorrência apenas do casamento.

**QUESTÃO 30**

Em uma reunião ocorrida em território estrangeiro, da qual participaram o presidente da República Federativa do Brasil e o governador do estado de São Paulo, foram celebrados dois acordos internacionais, de natureza comercial: o primeiro, de interesse específico da União; o segundo, tratando de interesses restritos ao estado de São Paulo.

Com relação à situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ O primeiro acordo deve ser celebrado pela União, visto que, nas relações internacionais firmadas pelo Brasil, a União é quem se qualifica como pessoa jurídica de direito público externo.
- Ⓑ O segundo acordo deve ser celebrado pelo estado de São Paulo, ente dotado de personalidade jurídica de direito público, além do que o princípio federativo impede a União de interferir em assuntos restritos aos interesses internos de determinado estado da Federação.
- Ⓒ O segundo acordo pode ser celebrado tanto pela União, atuando como representante de toda a República Federativa do Brasil, que tem personalidade jurídica de direito público externo, quanto pelo estado de São Paulo, que tem autonomia para tratar dos assuntos de seu interesse, seja interna ou externamente.
- Ⓓ O primeiro acordo deve ser celebrado pela União, em nome próprio — e não da Federação — como pessoa jurídica de direito público que é, visto ter competência constitucional para tratar dos assuntos específicos de seu interesse, seja interna ou externamente.
- Ⓔ O segundo acordo deve ser celebrado pela União, uma vez que, nas relações internacionais firmadas pelo Brasil, é ela que tem competência constitucional para atuar como representante da República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados, do DF e dos municípios.

**QUESTÃO 31**

Em determinado município do Brasil, Julião, pai de Malvina e avô de Carlos, é o atual prefeito e cumpre o seu primeiro mandato, sendo candidato a reeleição. Malvina é casada com Marcos, que atualmente está cumprindo pena privativa de liberdade, após condenação criminal transitada em julgado. Em razão da prisão do marido, Malvina foi acometida de enfermidade mental grave, o que levou à sua interdição por incapacidade absoluta. Marcos tem um irmão chamado Paulo. Carlos e Paulo querem candidatar-se a vereadores no município.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Não há impedimento à candidatura à reeleição de Julião, pois a Constituição Federal brasileira prevê a possibilidade de reeleição dos prefeitos para um único período subsequente.
- Ⓑ Carlos é inelegível no município considerado, em razão do vínculo de parentesco consanguíneo que mantém com Julião.
- Ⓒ A candidatura de Julião não acarreta, à candidatura de Paulo, impedimento decorrente de vínculo de afinidade.
- Ⓓ Marcos não pode votar nessa eleição, visto que teve cassados os seus direitos políticos em decorrência de condenação criminal transitada em julgado.
- Ⓔ Malvina está impedida de votar nessa eleição, uma vez que a condição de absolutamente incapaz é causa de suspensão dos direitos políticos.

**QUESTÃO 32**

### Brasil tem três novos estados e um novo território federal

Foi publicada hoje, no Diário Oficial da União, lei complementar federal, subdividindo o estado do Amazonas em três novos estados (Amazonas, Amazônia Oriental e Amazônia Setentrional) e um novo território federal (Amazônia Meridional).

Considerando que fosse verdadeira a notícia hipotética acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ De acordo com a Constituição Federal brasileira, os novos estados seriam entes da Federação, autônomos, que deveriam organizar-se e reger-se pelas constituições e leis que adotassem, observados os princípios da Carta Federal.
- Ⓑ O recém-criado território federal da Amazônia Meridional não constituiria ente autônomo da Federação nem teria personalidade jurídica própria, uma vez que integraria a personalidade jurídica da própria União.
- Ⓒ Se tivesse mais de cem mil habitantes, haveria, no novo território federal da Amazônia Meridional, além do governador, nomeado na forma da Constituição Federal, órgãos judiciários de primeira e segunda instâncias, membros do Ministério Público e defensores públicos Federais.
- Ⓓ Aos municípios situados no recém-criado território federal da Amazônia Meridional, aplicar-se-iam, no que coubesse, as mesmas disposições constitucionais aplicáveis aos municípios dos estados-membros da Federação.
- Ⓔ As contas do governo do novo território federal da Amazônia Meridional seriam submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

**QUESTÃO 33**

Determinado estado-membro da Federação editou lei ordinária com o seguinte texto:

Lei n.º 29.999, de 14/5/2003

O GOVERNADOR DO ESTADO,  
faço saber que a ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA decreta e eu sanciono  
a seguinte lei:

Art. 1.º Fica extinta a gratificação por tempo de serviço paga aos servidores públicos do estado.

Art. 2.º É mantida a percepção da gratificação a que se refere o artigo anterior aos servidores que implementaram as condições para a sua percepção até o dia 30/4/2003.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Considerando que a lei hipotética acima tenha sido publicada no Diário Oficial do estado, no dia 15/5/2003, assinale a opção correta.

- A A lei transcrita está em perfeita harmonia com dispositivo da Constituição Federal brasileira, que estabelece textualmente que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- B O conceito de direito adquirido está contido no próprio texto da Constituição de 1988, ao dispor expressamente que se considera direito adquirido aquele que já se incorporou definitivamente ao patrimônio jurídico do adquirente.
- C A lei em apreço está em conflito com o princípio constitucional da irretroatividade das leis, porquanto traz disposição retroativa prejudicial a servidores que implementaram as condições para percepção da gratificação antes da publicação da lei.
- D A lei hipotética é flagrantemente inconstitucional, uma vez que a Constituição de 1988 estabelece expressamente que os servidores públicos têm direito adquirido a regime jurídico.
- E A lei considerada é claramente inconstitucional por invadir esfera de competência da União, a quem cabe legislar privativamente sobre regime jurídico de servidores públicos.

**QUESTÃO 34**

Considere que, devido a negligência de um servidor público da União, ocorreu um incêndio na repartição em que trabalhava, tendo havido sérios prejuízos a bens públicos e também a imóveis limítrofes, pertencentes a particulares, razão por que foi instaurado procedimento administrativo para apurar a responsabilidade do servidor. À vista dessa situação hipotética, assinale a opção **incorreta**.

- A A União responde objetivamente pela reparação dos danos causados aos terceiros, em decorrência do incêndio.
- B À União é assegurado o direito de regresso contra o servidor negligente, com base na responsabilidade subjetiva, podendo obter dele o ressarcimento pelos prejuízos causados.
- C É permitido ao servidor contestar na justiça os resultados e eventuais punições decorrentes do processo administrativo, visto que não se pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- D O servidor pode requerer cópias e informações a respeito do processo administrativo que corre contra ele, com fundamento no direito de petição, que assegura ao servidor (e a todos em geral) o recebimento do órgão público de informações de seu interesse particular.
- E Caso o episódio tivesse ocorrido no âmbito de uma sociedade de economia mista, ainda que prestadora de serviço público, a responsabilidade, tanto da empresa quanto do empregado, pela reparação dos prejuízos decorrentes do incêndio seria subjetiva.

**QUESTÃO 35**

Quanto aos sindicatos e aos partidos políticos, de acordo com a Constituição de 1988, é correto afirmar que os

- A sindicatos têm legitimidade para defender direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- B sindicatos devem observar o princípio de unicidade, significando dizer que é proibida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelo poder público, não podendo ser inferior à área de um município.
- C partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- D partidos políticos regem-se, por imposição constitucional expressa, pelo princípio da fidelidade partidária.
- E partidos políticos com representação no Congresso Nacional têm legitimidade ativa para propor ação declaratória de constitucionalidade perante o STF.

**QUESTÃO 36**

Um empregado de determinado banco comercial, organizado na forma de sociedade de economia mista federal, cometeu, em Brasília – DF, um desfalque no caixa, que levou à dispensa do empregado por justa causa, além de sua responsabilização nas esferas cível e penal. O fato foi tipificado como crime.

Ante a situação hipotética descrita, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A competência para processar e julgar a ação proposta pelo banco, de ressarcimento dos danos civis decorrentes do fato, é de um juiz federal de primeira instância.
- Ⓑ A competência para processar e julgar o crime praticado em detrimento dos bens do banco não é da justiça federal.
- Ⓒ A competência para processar e julgar a ação trabalhista eventualmente proposta pelo empregado contra o banco, em decorrência de sua demissão por justa causa, é da justiça do trabalho.
- Ⓓ Se for confirmada a condenação criminal do empregado, em segunda instância, pelo TJDF, a competência para julgar o recurso especial, eventualmente interposto contra essa decisão, é do STJ.
- Ⓔ Se for confirmada em segunda instância, pelo tribunal competente, a condenação do empregado a ressarcir os danos civis causados pelo crime, a competência para julgar o recurso extraordinário, eventualmente interposto contra essa decisão, é do STF.

**QUESTÃO 37**

Um cidadão propôs ação popular contra os dirigentes de uma empresa pública do DF, prestadora de serviços públicos, com o objetivo de obter a anulação dos seguintes atos irregulares e, segundo o autor da ação, lesivos ao patrimônio público e à moralidade da administração pública:

- I contratação de empregados sem o prévio concurso público;
- II aquisição de bens e serviços sem o devido procedimento licitatório;
- III criação de subsidiária sem autorização legislativa.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ É cabível a proposição da ação, visto que, segundo a Constituição Federal brasileira, qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular atos lesivos ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, e à moralidade administrativa.
- Ⓑ Em razão de estar incluída na administração indireta do DF, a empresa pública mencionada, apesar de distrital, está obrigada a obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, estabelecidos na Constituição Federal brasileira.
- Ⓒ Por se tratar de uma pessoa jurídica de direito privado, a empresa pública mencionada, a despeito de ser prestadora de serviço público, não está obrigada a adquirir bens e contratar serviços mediante procedimento licitatório.
- Ⓓ A contratação de empregados pela empresa pública referida, sem prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, de acordo com a Constituição Federal brasileira.
- Ⓔ A criação de subsidiária pela empresa pública em questão, assim como a participação dela em empresa privada, depende de autorização legislativa, em cada caso.

**QUESTÃO 38**

O tribunal de justiça de determinado estado da Federação editou uma resolução, contemplando, entre outros, os seguintes aspectos.

- I Transferência obrigatória para a inatividade do desembargador que, com trinta anos de serviço público, complete dez anos no tribunal de justiça.
- II Criação de uma gratificação de representação, correspondente a 40% do valor global atribuído a diversos cargos, estendendo-a, inclusive, aos juízes e servidores inativos.
- III Dispensa, em casos específicos e mediante autorização do tribunal de justiça, da exigência de que o juiz de direito titular resida na respectiva comarca.
- IV Desnecessidade da participação da Ordem dos Advogados do Brasil no concurso público para o provimento do cargo de juiz substituto.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A norma mencionada no aspecto I contraria dispositivo da Constituição Federal brasileira, que prevê taxativamente as hipóteses de aposentadoria compulsória dos magistrados.
- Ⓑ A disposição contida no aspecto II está em conflito com a Constituição Federal brasileira, uma vez que a Lei Magna não assegura aos tribunais fixar, sem lei, vencimentos ou vantagens a seus membros ou servidores.
- Ⓒ A norma a que alude o aspecto III supra conflita com dispositivo expresso da Constituição Federal que obriga ao juiz titular residir na respectiva comarca.
- Ⓓ A norma referida no aspecto IV contraria disposição estabelecida na Constituição Federal, que impõe a participação, nos concursos para o cargo de juiz substituto, da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases do concurso.
- Ⓔ A competência originária para processar e julgar eventual ação declaratória de constitucionalidade da resolução mencionada é do STF.

**QUESTÃO 39**

Quanto às garantias de que gozam os juízes, assinale a opção **correta**.

- Ⓐ A vitaliciedade do magistrado, no segundo grau e nos tribunais superiores, independe do cumprimento de estágio probatório.
- Ⓑ A garantia da inamovibilidade do magistrado é absoluta; todavia, a Constituição Federal brasileira admite a remoção por motivo de interesse público, fundada em decisão por voto da maioria absoluta dos membros do respectivo tribunal ou do órgão especial, assegurada a ampla defesa.
- Ⓒ No primeiro grau, a vitaliciedade é adquirida somente após cinco anos de exercício da função de magistrado, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal (ou de seu órgão especial) a que o juiz estiver vinculado.
- Ⓓ A vitaliciedade dos juízes corresponde à estabilidade dos servidores públicos, visto que, em ambos os casos, a perda do cargo somente é possível mediante sentença judicial transitada em julgado.
- Ⓔ A irredutibilidade de subsídio dos juízes é absoluta, visto que a Constituição Federal brasileira não impõe qualquer ressalva a esse dispositivo.

**QUESTÃO 40**

Quanto às características do federalismo brasileiro, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a opção **incorreta**.

- A** A Constituição Federal brasileira estabelece uma descentralização política, caracterizada por uma repartição de competências materiais e legislativas entre os diversos membros da Federação.
- B** A Constituição Federal brasileira prevê a existência de princípios constitucionais sensíveis, cuja inobservância pode acarretar a intervenção da União nos estados-membros, no DF ou nos municípios.
- C** A Constituição Federal brasileira estabelece um sistema de controle de constitucionalidade das leis, incumbindo ao STF precipuamente a guarda da Constituição.
- D** É prevista a participação da vontade dos estados-membros e do DF na vontade nacional, configurada pela existência do Senado Federal, constituído pelos representantes desses entes da Federação.
- E** É atribuída autonomia aos municípios, que são entes da Federação, ao lado dos estados, do DF e da União.

**QUESTÃO 41**

Em relação aos servidores públicos e suas atividades, julgue os itens a seguir.

- I A inassiduidade habitual caracteriza-se pela ausência intencional ao serviço, sem justa causa, por sessenta dias intercalados durante um período de doze meses. Tal procedimento acarreta a pena de demissão.
- II Em decorrência do princípio da verdade material, a autoridade que receber denúncia anônima acerca de irregularidade cometida no serviço público deverá, obrigatoriamente, providenciar a instauração de sindicância para apuração de responsabilidades.
- III É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença por motivo de doença em pessoa da família.
- IV Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora, a seu critério e sem fundamentação, poderá agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.
- V Em decorrência do princípio do duplo grau de jurisdição, o servidor poderá requerer revisão do processo disciplinar, desde que não haja transcorrido o prazo do recurso, alegando excesso e injustiça na aplicação da penalidade.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

**QUESTÃO 42**

Em relação ao procedimento administrativo federal, regulado pela Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

- A** O recurso administrativo deverá ser decidido no prazo de dez dias, prorrogável por igual período, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente, ressalvados os casos em que a lei regulamentar de maneira diferente.
- B** A administração anulará seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e revogará seus atos quando contiverem vícios relacionados aos critérios de competência, forma e finalidade.
- C** O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, encaminhará o recurso à autoridade superior.
- D** As pessoas que possuem direitos ou interesses que possam ser afetados por eventual decisão da administração devem aguardar a conclusão do processo, em razão do princípio da ordem e segurança jurídica.
- E** Um dos princípios constitucionais que regem a administração pública é o da publicidade. Entretanto, não é assegurada a divulgação oficial de todos os atos do processo administrativo.

**QUESTÃO 43**

Acerca de reversão e estágio probatório, assinale a opção correta.

- A** O servidor em estágio probatório poderá obter licença para o exercício de atividade política.
- B** O servidor estável que não for aprovado em estágio probatório será exonerado e reintegrado ao cargo anteriormente ocupado.
- C** A reversão, quando ocorre no interesse da administração, é aberta a todos os servidores inativos pertencentes a determinado cargo ou naquele resultante de eventual transformação mediante publicação de edital em jornal de grande circulação, haja vista ser vedado ao poder público escolher os que podem retornar em razão do princípio da impessoalidade.
- D** O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos, exceto na hipótese de participação em curso de formação para outro cargo efetivo, situação em que o resultado será considerado para efeito de verificação da capacidade do servidor.
- E** A reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado e, caso tenha ocorrido por interesse da administração, este servidor exercerá suas atribuições na qualidade de excedente, até a ocorrência da vaga, haja vista a necessidade de atender o interesse público manifesto na motivação do ato de nomeação.

**QUESTÃO 44**

Um servidor público titular de cargo efetivo praticou ato considerado ilícito pela administração, tendo sido deflagrados os processos para a apuração de responsabilidades administrativa, penal e civil. Na esfera penal, a autoridade julgadora entendeu que o ato fora praticado no exercício regular de um direito.

Nessa situação, o servidor

- A** será responsabilizado apenas administrativamente.
- B** será responsabilizado administrativa e civilmente.
- C** não será responsabilizado administrativamente mas poderá ser responsabilizado civilmente.
- D** será responsabilizado civilmente, caso fique provado que a ação foi dolosa.
- E** não será responsabilizado administrativamente nem civilmente.

**QUESTÃO 45**

Com referência ao exercício de atividades no serviço público, julgue os itens abaixo.

- I O servidor estável não-aprovado em estágio probatório pode ser exonerado sem a necessidade de processo administrativo, exceto se praticar, no exercício do cargo, ato de improbidade administrativa.
- II A nomeação é o ato característico que aperfeiçoa a relação entre o Estado e o servidor; a partir daí, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo não poderão ser alterados, ressalvados os atos de ofício.
- III A reversão será feita apenas no cargo em que ocorreu a aposentadoria.
- IV Com a extinção do cargo público, o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição, até que venha a ser aproveitado em outro cargo.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 0.
- B** 1.
- C** 2.
- D** 3.
- E** 4.

**QUESTÃO 46**

Julgue os itens a seguir.

- I A exoneração de cargo em comissão se dará a pedido do servidor ou quando, de acordo com a sua chefia imediata, não forem satisfeitas as condições do estágio probatório.
- II A estabilidade é um atributo pessoal do servidor, enquanto a efetividade é uma característica do provimento de certos cargos.
- III Pela falta residual não-compreendida na absolvição pelo juízo criminal é admissível a punição administrativa do servidor público.
- IV Promoção é a forma de provimento de cargos dentro da mesma carreira.
- V A vacância acarreta o rompimento definitivo do vínculo jurídico entre o servidor e a administração.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e V.
- B** I, III e IV.
- C** I, IV e V.
- D** II, III e IV.
- E** II, III e V.

**QUESTÃO 47**

Em relação ao processo administrativo disciplinar, assinale a opção correta.

- A** Na hipótese de o servidor não apresentar sua defesa no prazo regular, será declarada sua revelia, sendo reputadas verdadeiras todas as alegações feitas contra ele.
- B** Em decorrência do princípio da presunção da inocência, na revisão do processo, o ônus da prova é mantido para a administração.
- C** O relatório da comissão será remetido à autoridade que determinou a instauração do processo para, se for o caso, emitir a decisão final.
- D** O presidente da comissão que conduzir o processo administrativo disciplinar poderá determinar que o servidor indiciado seja afastado do exercício do cargo a fim de não influir na apuração da irregularidade.
- E** O inquérito administrativo, a exemplo do inquérito policial, é inquisitivo e sigiloso.

**QUESTÃO 48**

Julgue os itens subseqüentes, com respeito às penalidades aplicáveis aos servidores públicos federais.

- I Entre as penalidades aplicáveis aos servidores públicos federais, encontra-se a multa, que poderá ser aplicada à base de 50% da remuneração para os casos em que a suspensão não for superior a trinta dias.
- II Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas como crime, exceto se superiores aos fixados pelo estatuto dos servidores.
- III A demissão ou a destituição de cargo em comissão por improbidade administrativa implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, dispensando a ação penal.
- IV O servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por aplicação irregular de dinheiro público poderá retornar ao serviço público federal após cinco anos, contados a partir da data em que foi publicado o ato punitivo, haja vista o registro desse ato ser cancelado após o decurso do respectivo prazo.
- V Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

**QUESTÃO 49**

Os servidores públicos poderão licenciar-se com remuneração

- A** para o desempenho de atividade política desde a sua escolha em convenção partidária.
- B** para o desempenho de mandato classista a partir da inscrição da chapa concorrente no sindicato.
- C** por motivo de afastamento do cônjuge para exercício de mandato eletivo.
- D** por motivo de doença do enteado, mediante comprovação de junta médica oficial.
- E** para prestar serviços em organismo internacional de que o Brasil participe.

**QUESTÃO 50**

Em relação ao processo administrativo federal, regulado pela Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

- I O ato de delegação é revogável a qualquer tempo e abrange a edição dos atos de caráter ordinatório.
- II O ato de delegação especificará as matérias e os poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação, sendo aplicável, inclusive, no que tange às decisões dos recursos administrativos.
- III A interpretação da norma administrativa deve garantir o melhor atendimento do fim público a que se dirige, sendo possível, em razão do princípio da auto tutela, a aplicação retroativa de nova interpretação.
- IV Os atos administrativos deverão ser motivados, indicando os fatos e os fundamentos jurídicos, exceto quando decorrerem de reexame de ofício.
- V O direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data da percepção do primeiro pagamento, caso os efeitos patrimoniais sejam contínuos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e V.
- C** II e III.
- D** III e IV.
- E** IV e V.

## PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir — que vale **cinco** pontos —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO** da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

**ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

A vida — ensina o saudoso Nelson Hungria — é pressuposto da personalidade e é o supremo bem individual. Mas esse supremo bem individual — a vida — é a vida de todos nós: dos favelados, dos miseráveis, dos mendigos, dos negros e mulatos (quase sempre suspeitos) e, é bom lembrar, dos delinqüentes, maiores ou menores. Por isso a Constituição repudiou a pena de morte.

Mas, no Brasil, o homicídio se tornou banal, corriqueiro, diário. A mídia trata os homicídios diários, quando deles trata, em notícias de canto de páginas perdidas. Se houver uma chacina, a notícia costuma ser maior. Só nos choca se há uma vítima de “qualidade”, um cadáver “excelente”. Se não nos chocarmos com o homicídio diário dos miseráveis que são nossos irmãos, em breve nem a excelência do cadáver nos haverá de chocar.

José Gerardo Grossi. *A excelência do cadáver*. In: *Correio Brasileiro*, 11/4/2003 (com adaptações).

Considerando que as idéias apresentadas no texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do seguinte tema:

**A BANALIZAÇÃO DO MAL NOS FAZ ESQUECER QUE O PRIMEIRO  
DOS BENS É O BEM DA VIDA; DE QUALQUER VIDA.**

# RASCUNHO – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

# RASCUNHO – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	



Universidade de Brasília (UnB)